



# DIREITO ADMINISTRATIVO

 **Estratégia**  
OAB

## II - SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

### DIREITO ADMINISTRATIVO

### PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

O Estado do Tocantins realizou licitação na modalidade leilão, com base na Lei nº 14.133/21 e na Lei nº 11.079/04, visando a fixação de parceria público-privada para implantação de uma ferrovia na modalidade patrocinada, da qual se sagrou vencedora a sociedade Seres Humanos S/A, a qual iniciou a execução do contrato após a devida homologação e assinatura do contrato pelo Secretário Estadual de Infraestrutura.

O contrato, assinado na sede do governo do Estado, localizada em Palmas, previu um prazo de 40 (quarenta) anos de vigência e um valor total de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), além de uma contraprestação pecuniária do Estado de R\$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais).

A pessoa jurídica de direito privado Observadores Públicos, associação sem fins lucrativos existente há mais de 01 (um) ano e que possui dentre seus fins institucionais a defesa do patrimônio público, após estudos prévios, decide questionar judicialmente a conduta do Estado e, para tanto, contrata você para representá-la.

Com base no enunciado acima, e considerando a ausência de lei autorizativa para a contraprestação pecuniária nesse percentual, bem como que o primeiro pagamento à empresa vencedora será feito na próxima semana, redija a peça cabível. (Valor: 5,00)

Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

## QUESTÃO 01

Milton, servidor público efetivo federal, no exercício das funções, praticou ato de insubordinação grave em serviço, que foi categoricamente comprovado no curso de regular processo administrativo disciplinar (PAD), que ensejou a imposição de pena de demissão ao servidor. Inconformado, Milton ajuíza ação judicial, pleiteando a reforma da decisão administrativa, a fim de que lhe seja aplicada penalidade disciplinar menos gravosa, haja vista que comprovou nunca ter sido anteriormente sancionado, nem mesmo respondido a PAD, além de que constam em sua folha de assentamento funcional dois elogios. Com base nas informações acima indicadas, responda:

A. Milton terá êxito na sua ação? Fundamente. (0,65)

B. Considerando que os fatos ocorreram em maio de 2020, e que a demissão foi efetivada em maio de 2024, há prescrição na pretensão punitiva? Fundamente. (0,60)



1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## QUESTÃO 02

Ronaldo é proprietário de um imóvel de grandes dimensões, localizado em área rural, no Município de Nuvens Lindas. Nos últimos anos, Ronaldo tem sido fiscalizado e autuado por órgãos ambientais, devido às constantes áreas desmatadas sem autorização ambiental para supressão de vegetação. Verificou-se que a área é totalmente improdutiva e não cumpre sua função social.

Diante do exposto, responda:

- A. Esse imóvel poderá ser desapropriado pelo Município de Nuvens Lindas? Fundamente. (0,65)
- B. Se Ronaldo tiver realizado benfeitorias úteis e voluptuárias, deverá ser indenizado em dinheiro? Fundamente. (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## QUESTÃO 03

Jorge adquire específico imóvel, para fins empresariais, situado no meio da Rua Guga Kuerten, no Município Florianópolis. A referida rua possui um grande movimento, o que potencializa os atos mercantis que passou a realizar em seu imóvel, por meio da sociedade empresária que criou. Passados três anos, sua atividade empresarial está obtendo um alto ganho financeiro. Neste momento, a Administração Pública Municipal, diante da necessidade de realizar uma obra emergencial, procede à ocupação temporária da área, fechando a entrada e a saída dos transeuntes, salvo os residentes. Essa situação perdura por oito meses e acarreta o estado de inviabilidade financeira para o estabelecimento empresarial de Jorge.

Sobre essa situação, responda:

- A. Qual a modalidade de intervenção do estado na propriedade se refere a situação? Fundamente. (0,60)
- B. Jorge terá direito à alguma compensação financeira? Fundamente. (0,65)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## QUESTÃO 04

Há cerca de cinco anos, Jonathan, servidor estável do Estado X, no exercício de suas atribuições, se destemperou e, dolosamente, praticou conduta que causou danos físicos a Nestor, de modo que, recentemente, decidiu verificar a viabilidade de ser pessoalmente responsabilizado na esfera civil, pela aludida conduta, considerando, inclusive, os efeitos do tempo nas relações jurídicas, na medida em que, até o momento, a demanda não foi ajuizada pela vítima, para fins indenizatórios. Considerando os fatos, responda:

- A. Jonathan irá compor o polo passivo de eventual ação a ser ajuizada por Nestor? Fundamente.
- B. Caso o Estado X venha a ser condenado pela ação, poderá cobrar eventuais prejuízos de Jonathan? Qual a modalidade de responsabilidade civil a ser apurada? Fundamente.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

